08/001320/2020

Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais

PLANO DE TRABALHO

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - COVID-19

ESPAÇO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL DA ZONA OESTE

CON-TATO
"Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais"
Agosto/2020

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome: CONTATO "Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais"	UF: RJ	CNPJ: 03.686.998/0001-18
Endereço: Rua Rosa e Silva, nº. 83 – Grajaú, Cep: 20.541.330, Rio de Janeiro		
Contato: Tathyane Höfke	Telefones: (21) 2571-4476	

Responsáveis Legais

Nome Completo	Cargo	CPF
Cintia Duarte	Presidente	056.664.877-60
Arilton dos Santos Duarte	Diretor Financeiro Administrativo	920.352.137-20
Tathyane Höfke	Diretora Executiva	051.725.387-98

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Nome Completo	Cargo
Tathyane Höfke	Coordenadora de Projetos
Ana Paula Carnevale	Coordenadora Técnica
Alessandra da Paz	Assistente Social

1. HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A CON-TATO - Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais é uma associação civil sem fins lucrativos, que atua na área da assistência social, desde março de 2000, quando foi fundada. É formada por um grupo de excelência profissional dirigido pela psicopedagoga institucional e arte-educadora Maria Silvia Ferreira que vem desenvolvendo projetos sociais com a adoção de atualizadas propostas teórico-metodológicas.

Tendo em seu escopo de projetos: o Re-Criar-Te, pioneiro junto à Fundação para a Infância e Adolescência no atendimento com arte-educação a crianças e adolescentes de suas unidades próprias; além de se tornar referência na área de capacitação e de pesquisas.

Ao longo dos seus 20 anos de existência, a CON-TATO já teve diversas parcerias para a implementação de projetos sociais tais como: CMDCA: com quem já celebrou por três anos projeto de complementação do horário escolar para o atendimento mensal a 100 crianças das comunidades do Complexo do Andaraí, BID/SMDS: convênio com duração de 03 anos para atendimento de educação infantil a crianças das comunidades dos macacos em Vila Isabel, Comunidade Solidária: com oficinas de restauração artística de mobiliário para jovens em situação de risco social, Prefeitura Municipal de Maricá, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Técnologia, entre outras.

Desde janeiro de 2009, a CON-TATO é responsável pelo Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes (NACA) assumindo o compromisso no enfrentamento à violência intrafamiliar, doméstica e sexual a crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense, desenvolvendo atividades nos eixos de atendimento, de defesa e responsabilização e de prevenção. Atualmente, estamos promovendo a formação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos na temática.

No seguimento da pessoa com deficiência, executamos recentemente a cogestão junto à SUBPD de 5 (cinco) Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência trouxe para a CONTATO um conhecimento técnico e de parceria, desta relação entre sociedade civil e governo, muito enriquecedora.

Temos ainda a experiência com projetos esportivos, fazendo a gestão do Projeto Maricá Esporte Presente, e o Projeto Maricá Mais Esporte 2, atuando também no direcionamento de planejamentos técnicos para oferecer ações focadas no resgate da autoestima e na ressocialização de crianças, jovens, adultos e idosos, e ainda, pessoas com deficiência, na cidade de Maricá/RJ.

Atualmente, somos responsáveis pela Cogestão dos Hotéis Acolhedores implantados em função da pandemia do novo COVID-19, que atua nos 10 (dez) territórios de abrangência das Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH). Isto sem falar na cogestão da 10ª CASDH de Santa Cruz que realizamos desde outubro de 2018.

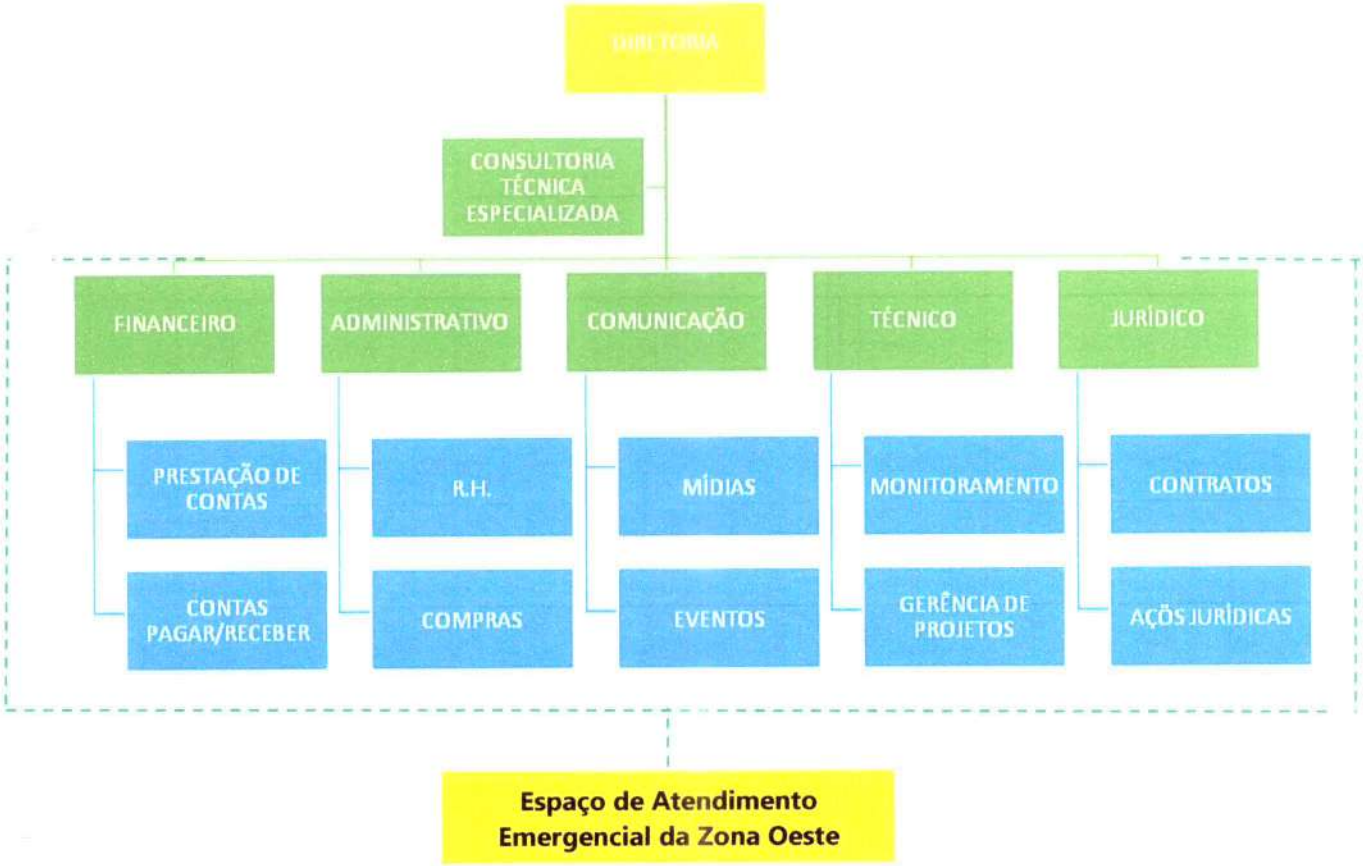
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA INSTITUIÇÃO

A CON-TATO conta com uma estrutura interna sólida e profissionais especializados nas diversas áreas, de modo a atender as demandas técnicas e administrativas do **Espaço de Atendimento Emergencial da Zona Oeste**. Essa equipe e estrutura física será disponibilizada para garantir a agilidade, presteza e economicidade nas ações.

A estrutura organizacional é composta pela Presidência, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira e Administrativa que interagem com a Gerência Administrativa, que tem o respaldo das decisões tomadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. A interação é efetiva entre a Gerência administrativa, Diretorias, e equipes, de modo a consolidar o trabalho de gestão integral.

A CON-TATO utiliza uma forma de gestão humanizada, transparente e cooperativa, onde todos da equipe se tornam colaborativos na resolução de problemas e no encontro de soluções para os mesmos. Acreditamos que o comprometimento dos funcionários passa pela questão: da valorização técnica e salarial, pelo investimento em aprendizado (através de capacitações, participações em congressos e seminários), no investimento em pesquisa e produção teórica, na garantia de espaços de troca de experiência e terapêuticos.

Figura 1: Organograma Institucional



3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE DE DIRIGENTES E TECNICOS DA INSTITUIÇÃO

A CON-TATO é uma instituição extremamente engajada em movimento sociais e na construção de políticas públicas do Sistema de Garantia de Direitos, tendo uma importante participação nos Conselho de Direitos, bem como em Fóruns da Sociedade Civil. Atualmente, temos assento no CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente) e temos uma participação importante no CMDCA, CEAS, CMAS, CMDH e nos Fóruns, Audiências Públicas, e debates da sociedade civil, que discutem questões relativas a garantia de direitos e a pessoas em situação de vulnerabilidade. Desta forma, podemos afirmar que o núcleo dirigente da Instituição, cujos currículos estão em anexo, possui experiência, conhecimento e formação adequada para gerir o presente Projeto.

Qualificação, atribuições e responsabilidades das equipes:

Financeiro

- Controle das contas a pagar, controle dos recursos financeiros dos projetos, controle de saldo, administração do fluxo de caixa, contabilidade, análise das demonstrações financeiras e prestação de contas.

Administrativo

- RH: Seleção, Contratação e treinamento de pessoal, pagamento de salários e benefícios, recolhimento de encargos, rescisão contratual;
- Compras: Cotação de preços, contratação de fornecedores, pedidos de compras, acompanhamento das entregas, controle do envio das NF dos fornecedores.

Comunicação

- Mídias: Elaboração das mídias dos projetos, veiculação das informações, implantação e acompanhamento de sites e demais veículos de mídia.
- Eventos: Elaboração do planejamento da agenda de eventos dos projetos, materiais gráficos, estruturação do local, organização das equipes e registros e relatórios.

Técnico

- Monitoramento e avaliação das ações dos projetos, acompanhamento das metas, elaboração dos relatórios técnicos, elaboração das fichas e formulários, treinamento das equipes de avaliação.
- Gerência de projetos: Elaboração e implantação dos projetos sociais, esportivos e culturais, planejamento estratégico das ações, acompanhamento das equipes técnicas.

Diretoria executiva

- Definição das estratégias de gestão da instituição; Organização das assembléias; Aprovação e controle orçamentário; Acompanhamento dos projetos; Implantação dos sistemas avaliativos através de empresas especializadas;

Jurídico

- Contratos: Elaboração e análise contratual, análise e acompanhamento de processos administrativos, representação institucional.
- Ações jurídicas: Ajuizar ações, interposição de recursos, acompanhamento dos processos judiciais, analisar e emitir pareceres.

Financeiro

•Deborah Hamic: MBA em Administração de Marketing pela UVA; Graduação em Relações Internacionais pelo IBMEC. Experiência de mais de 5 anos na área financeira, realizando pagamento, fluxos de caixa, prestação de contas, controle orçamentário. Coordenação de projetos esportivos e demais projetos na área social.

Administrativo

•Tamiris Rodrigues Oliveira: Graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário Carioca. Experiencia de mais de quatro anos na área administrativa, departamento pessoal, controle e compra de materiais, prestação de contas, controle de contas a pagar e receber.

Comunicação

•Ricardo Pires de Oliveira: MBA em Direção e Administração em Recursos Humanos - Dom Cabral/MG. Formação em Jornalismo pela UVA. Formação em Marketing pela UVA. Trabalhou como jornalista na Rede Show de Bola em transmissões ao vivo. Consutoria em Marketing responsável pelas mídias digitais, produção de eventos, registros, acompanhamento de projetos sociais e gestão de conteúdos.

Técnico

•Viviane Esther Mesterman Bilhim: Mestrado - Avaliação de Programas Sociais – Fundação Cesgranrio. Pós-graduação em Recursos Humanos - ISEP. Pós-graduação em Gestão Estratégica - Fundação Getúlio Vargas. Formação em psicologia - UNESA. Experiência de mais de 25 anos no terceiro setor, atuando como gerente de projetos na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos sociais, com enfoque na defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência. Gestora durante 21 anos de projetos da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD/RJ

Diretoria

•Tathyane Höfke - Advogada formada pela UERJ, Pós graduada em Arteterapia em Educação e Saúde. Mestre em Artes Visuais (UFRJ), Doutora em História Política (UERJ), compliance Officer certificada pela FGV, cursando Pós graduaca em Liderança. Gestão de Pessoas e Coaching (PUC), Mediadora Judicial e Familiar, Coordenadora de Projetos Sociais há 20 anos, Coordenadora Geral do NACA/RG que atende a crianças e adolescentes em situação de violências, Responsável Técnica pelos Projetos de Cogestão para pessoas com deficiência, Diretora Executiva da CON-TATO.

Jurídico

•Victor Hugo formação em Direito pela Universidade. Pós-graduação em Direito Civil e Processual pela Candido Mendes. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou nos escritórios jurídicos Folena, Jordão e Barbosa Advogados & Consultores e J. Barbosa Advogados Associados, atuando nas áreas contenciosas cível, empresarial e tributário, representando juridicamente diversas empresas.

4. INFRAESTRUTURA DE APOIO DA CON-TATO

A CON-TATO – Centro de Pesquisas e de Ações Sociais Culturais possui uma estrutura física e organizacional, capaz de realizar a prestação de serviços de forma eficaz e eficiente, criando processos internos de gestão de recursos, que busca economicidade e qualidade na execução.

Com fácil localização no bairro do Grajaú, a organização conta com mais de 15 funcionários alocados dentro da sede administrativa, com excelente estrutura de equipamentos e materiais.

Dispomos operacionalmente de um sistema de tecnologia de informação, no qual são armazenadas todas as informações pertinentes ao desenvolvimento do trabalho que possibilita uma tomada de decisões mais

rápida e eficiente, assim como um site institucional e rede social, como forma de divulgação dos trabalhos realizados, transparência e oportunidade de se manter mais próxima aos associados e ao público em geral.

Contamos com um Sistema de monitoramento com câmeras e alarme para preservar a integridade do espaço físico e a segurança dos usuários. Nossa contabilidade é realizada por um escritório de contabilidade especializado no terceiro setor. Todos os nossos computadores possuem licença de Win 8.0, antivírus Norton e pacote OFFICE. Possuímos sistema de controle financeiro e estamos em fase de implantação do sistema de gestão de atendimento e de acompanhamento dos casos atendidos pela CON-TATO. Nossos computadores estão em conectados em rede cabeada padrão 10/100, com duas redes wifi 300 Mb, 01 rede de CFTV (segurança), possuímos sistema de telefonia PABX com 8 ramais e 02 troncos de entrada. Nosso administrativo está aberto ao usuário com intuito de esclarecimento de dúvidas quanto ao atendimento, bem como orientações pontuais, maneira pela qual a instituição encontrou de manter proximidade ao público usuário, através de críticas, sugestões, pesquisa de satisfação.

A CON-TATO possui um sistema de avaliação que abrange duas perspectivas, quantitativa e qualitativa, apresentando um modelo avaliativo, conforme descrito no plano de trabalho, elaborado por profissionais externos, especialistas em avaliação de programas, que realizam periodicamente a avaliação de seus resultados. Possuímos um banco de dados atualizado permanentemente, com as principais características e demandas dos atendimentos prestados.

Equipamentos próprios de suporte à realização do Projeto

Item	Quantidade
Computadores	5
Notebook	10
Impressora Jato de Tinta	02
Impressora Laser	05
Datashow	01
Geladeira	01
Fogão	01
Freezer	01
Frigobar	02
TVs	02
DVD	01
Sofá	02
Mesas de escritório	17

Mesa de reunião	01 com 8 lugares
Condicionadores de ar	07
Ventiladores de parede	04
Ventiladores de teto	04
Ventiladores móveis	06
Arquivos de ferro com chave	08

Fotos da sede da Con-Tato

Fachada da Instituição

sala da equipe técnica

Espaço de atendimento psicológico infantil

Entrada de acesso às salas de psicoterapia

Centro de Pesquisas e de Ações Sociais e Culturais

5. CONTEXTO: DESCRIÇÃO DA REALIDADE

> Em meio à pandemia do coronavírus, a recomendação é clara: sair de casa somente quando extremamente necessário. Mas, há inúmeras pessoas que têm a rua como casa e que ficam ainda mais expostas à toda sorte de vulnerabilidade. Além do coronavírus, os sem teto amargam o preconceito e a exclusão."
> **A gente está aqui jogado, largado e abandonado. A nossa casa é aqui, já é a rua", enfatizou um sem teto.**[1]

No dia 30 de janeiro de 2020, foi Declarado o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19). A partir desde momento, e sua classificação mundial como pandemia, fez com que medidas fossem adotadas no âmbito de estados, municípios e do Distrito Federal para prevenir a disseminação do vírus. Diante deste importante desafio, o Estado brasileiro necessitou assegurar o cumprimento de serviços e de programas socioassistenciais voltados à população mais vulnerável e em risco social e ainda impulsionar a integração entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde.

Com a publicação aPortaria/MS nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), e com a Portaria/MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, houve a necessidade da Assistência Social priorizaro atendimento à população em estado de vulnerabilidade na relação dos serviços públicos e atividades essenciais, como "aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência a saúde ou a segurança da população".

Em diferentes esferas, é primordial asseverar a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social voltados ao atendimento da população mais vulnerável e em risco social, em uma perspectiva sistêmica. Desta maneira, estão sendo necessários esforços sinérgicos, ainda, entre Sistema Único de Saúde - SUS e SUAS, para a ampliação do bem-estar e das medidas de cuidados integrais com a saúde da população mais vulnerável.

Nesse contexto, serviços de acolhimento, especialmente no atendimento à população idosa, às pessoas em situação de rua e a outros grupos considerados de risco, são primordiais para garantir a proteção e o atendimento adequado a esses públicos.

[1] Fonte: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/12/pessoas-que-vivem-nas-ruas-do-rio-contam-como-e-enfrentar-a-pandemia.ghtml, acessado em 11/08/2020, às 16h.

Levando em conta que o oferecimento de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade está prevista no caput do Art. 22 da LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e foi regulamentada pelo Decreto nº 6.307/07, que define emergências como situações que causam perdas, riscos e danos à integridade pessoal e familiar, podendo-se englobar a atual pandemia pelo Coronavírus nessa definição. Durante uma calamidade, famílias em situação de vulnerabilidade podem ter sua condição agravada, ao tempo em que famílias que anteriormente não precisavam de suportes da Assistência Social podem passar a demandá-los, sendo importante assegurá-los de nos moldes do que o SUAS determina.

Os Direitos humanos são fundados no respeito à dignidade e na importância de cada pessoa. São direitos universais, o que significa dizer que são aplicados a todas as pessoas, indistintamente, de forma igual e sem discriminação. Os direitos humanos são inalienáveis, ou seja, eles podem ser limitados em situações específicas ou barganhados em qualquer esfera. Desta forma, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros. Todos os direitos humanos devem ser encarados com a mesma importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

O acesso limitado a oportunidades de educação, desigualdades sociais, saúde pública precária, moradia, falta de transparência e abuso de poder, são sem sombra de dúvidas obstáculos para a execução plena dos direitos dos indivíduos.

Nesta conjuntura, de crise econômica provocada pelo novo coronavírus, houve um aumento de pobreza e desigualdade no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que é tão marcada pelos contrastes sociais. A deterioração social tende a ocorrer por duas frentes: colocando novas pessoas entre os mais pobres do país e piorando a condição da população já vulnerável.

Neste contexto, enquanto todas as campanhas veiculadas trazem a mensagem: "Fique em casa!" Nos deparamos com a questão, e quando a rua é a casa?

Precisamos entender que as pessoas que estão nas ruas não têm onde morar, apresentam características específicas, que precisam ser encaradas dentro da perspectiva dos direitos humanos. Estas pessoas, pela forma de vida que levam, não podem aderir ao isolamento social, nem muitas vezes possuem sequer algum item de higiene, tão necessário para impedir e combater o alastramento do vírus. Como diminuir a possibilidade de contágio e de transmissão do vírus?

Além disso, o impacto econômico gerado pelo isolamento social e a estagnação da economia, fez com que o número de moradores sem-teto no Rio de Janeiro aumentasse nos últimos meses. Sem fonte de renda, diversos trabalhadores tiveram que morar na rua por causa dos impactos causados pela pandemia na economia (Sars-Cov-2)2

De acordo com o sociólogo e pesquisador do Ipea Marco Antônio Natalino: "Ao Governo Federal, cabe

[2]Fonte: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/04/governo-faz-orientacoes-para-acolhimento-da-populacao-em-situacao-de-rua-durante-pandemia, acessado em 11/08/2020, às 15h.

o repasse de recursos suficientes e as orientações estratégicas para garantir sua aplicação efetiva, com qualidade do gasto. As medidas municipais analisadas também podem orientar municípios que buscam aprimorar sua atenção durante a pandemia", "Com o avanço da pandemia, essas pessoas enfrentam mais dificuldades de acesso à higiene, além de água e alimentação. E, mesmo que quisessem deixar as ruas, não existiria abrigo para todos", alerta o pesquisador. Ele destaca que é urgente a oferta de opções de acolhimento para esta população, e com a utilização de escolas e de hotéis, que hoje estão desocupados e podem ser adaptados com rapidez.[3]

Com a inauguração da Política Nacional de Assistência Social (2004), a proteção social a pessoas em situação de rua passou a ser uma garantia,e ainda sofreu um acréscimo da Lei n ° 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que adiciona à Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS, o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instaurada pelo Decreto n ° 7.053/09, define a população de rua como um grupo populacional heterogêneo e regulamenta uma série de parâmetros básicos e de corresponsabilidade entre as políticas setoriais para a criação de serviços e acessos a este público.

O Serviço de Acolhimento Institucional ofertado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS N ° 109, de 11 de novembro de 2009), é regulamentado como uma ação inscrita na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Nos termos da Tipificação, o Serviço de Acolhimento Institucional é o acolhimento provisório com estrutura para acolher pessoas e grupos familiares com privacidade. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade eprivacidade.

A Assistência Social conta com uma extensa rede de unidades públicas e da rede socioassistencial privada, que realizam atendimentos de crianças, de jovens, de mulheres e homens adultos, de pessoas idosas, de pessoas com deficiência, entre outros. As unidades da Assistência Social são:

I - CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;
II - CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
III - Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua;
IV - Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência, Pessoa Idosa e suas Famílias;
V - Unidades de Acolhimento – Casa Lar, Abrigo Instucional, República, Residência Inclusiva, Casa de Passagem e Família Acolhedora.

Atualmente, com o estado de emergência em saúde pública decorrente da pandemia mundial ocasionada pela COVID-19, um esforço para ampliação imediata dos dispositivos de atenção, atendimento, e encaminhamento adequado às demandas apresentadas pela população em situação de

[3] Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811, acessado em 11/08/2020, às 16h.

rua neste momento histórico. Desta forma, se faz necessária, a criação de alternativas de construção de espaços para a realização de higienização, atendimento e mesmo acolhimento em caráter emergencial, como abrigos temporários para realizar os atendimentos básico e a imediata saída das ruas. Desta forma, constitui-se junto à rede socioassistencial, o arcabouço de ações que visam contribuir para criação de novos projetos de vida, configurando-se como uma oportunidade para a saída das ruas e defesa afirmativa de direitos.

6. JUSTIFICATIVA: NEXO ENTRE A REALIDADE E O OBJETO

De acordo com os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), há no Brasil em torno de 146.802 pessoas que indicaram se encontrar em situação de rua (dados de fevereiro de 2020). Essa população possui caracteríscas e especificidades tais que tornam de grande complexidade, a viabilização da atenção às orientações de distanciamento ou isolamento social para migação das possibilidades de transmissão e contágio do vírus Covid-19.

O contexto da vida na rua praticamente inviabiliza o isolamento ou o distanciamento social. As aglomerações são forma de proteção e manutenção do aquecimento corporal durante as noites; Desta forma, Serviços de Acolhimento Instucional precisam ser oferecidos imediatamente.

Dentro desta realidade, a CON-TATO vem propor a presente parceria para viabilizar a realização das ações, compreendendo que a sociedade civil tem um papel de fundamental importância social. Sendo assim, pretendemos garantir a disseminação das várias práticas de prevenção propostas pelo Ministério da Saúde junto à população em situação de rua. De forma, a garantir uma função da sua capilaridade no território, com competência para dialogar com esta população, para construir redes e ainda articulações com a gestão pública.

No entanto, para que as nossas ações tenham êxito, todo o trabalho deve ser realizado de forma integrada com a Secretaria de Assistência Social, para contribuir com sua *expertise* e vivência junto a esse público. Com isso, poderemos "unir forças" para mobilização destas importantes ações na sociedade, para a atuação junto aos grupos em situação de risco e vulnerabilidade social e no acolhimento. Pretendemos abrir espaços para o alojamento e atendimento das pessoas em situação de rua e também promover campanhas de prevenção e de distribuição de alimentos e de itens de higiene pessoal. Permitindo que as pessoas em situação de rua consigam atender a orientação de isolamento social, contribuindo para a diminuição da circulação de pessoas nas ruas.

Política de Direitos da população em situação de rua

A Constuição Federal de 1988, em seu artigo 6º, determina como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, o transporte, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, estabeleceu a Políca Nacional para a População em Situação de Rua. Trata-se de um arranjo de responsabilidades e atores que objetiva garantir a atuação coordenada de atores públicos e privados

com vistas à plena garana de todos os direitos para essa população. A pessoa em situação de rua deve ser compreendida como pessoa humana, sujeita de direitos e capaz de se desenvolver e decidir sobre seu futuro. Por outro lado, os órgãos de Estado e a sociedade civil, representada neste plano de trabalho pela CON-TATO, devem desempenhar junto a esse público relevantes papéis para propiciar a garantia de todos os seus direitos humanos, viabilizando meios para a superação da situação de rua e o acolhimento e apoio necessários até que tal etapa possa ser superada.

No contexto atual, a calamidade na saúde pública imposta em março de 2020 e o contexto de isolamento social, para reduzir a transmissão da doença do coronavírus mostra que questões sociais não atendidas no âmbito da garantia do direito à moradia da população configuram um sério problema de segurança e saúde pública no país. O contexto revela a necessidade da garantia do direito à moradia para todas as pessoas e, portanto, a vital necessidade de superar a condição de populações vivendo em situação de rua.

Sendo assim, enfatizando o nexo entre a realidade apresentada e as características da proposta, o presente projeto pretende oferecer acolhimento de modo a garantir a proteção integral e a garantia de direitos de pessoas em situação de rua, de forma excepcional e temporária, realizando ações que possam promover o acompanhamento dos usuários, de forma a impulsionar a saída deles das ruas, com a reinserção familiar e comunitária dos mesmos. Atuando de forma provisória, até que a pessoa possa retornar à família, quando for o caso, ou alcance a sua autonomia.

Cumpre enfatizar, que a situação de rua é complexa, multifacetada, multifatorial e multidimensional. Sendo assim, pretendemos realizar e articular nossas atividades com diversos atores do sistema de garantia de direitos. Sendo assim, estabelecer a parceria através de um termo de colaboração com a CON-TATO possibilitará o atendimento integral aos idosos, adultos e jovens egressos do acolhimento familiar e institucional – de 18 a 21 anos

7. OBJETO

Cogestão para o apoio operacional e técnico do Espaço de Atendimento Emergencial da Zona Oeste, designando equipes que atuam nos dez territórios de abrangência das Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH) na cidade do Rio de Janeiro.

8. OBJETIVO GERAL

Realizar a Cogestão do Espaço de Atendimento Emergencial da Zona Oeste, realizando o apoio operacional e técnico do equipamento, que tem como finalidade oferecer acolhimento provisório a 270 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, de modo a fomentar o fortalecimento familiar e comunitários, dos indivíduos atendidos, contribuindo para a superação desta condição, para a reestruturação dos seus vínculos e para a reinserção social deste público.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir e prevenir as vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais;

- Promover a reinserção familiar e/ou comunitária;
- Diagnosticar e promover a superação das desigualdades estruturais, sócio-econômicas e políticas, e da ausência de proteções sociais pela redução e ou desqualificação dos serviços públicos;
- Garantir as seguranças de : acolhida, convivência, desenvolvimento da autonomia, rendimentos e de sobrevivência em riscos circunstanciais;
- Promover o acolhimento e contribuir para a garantia da proteção integral dos usuários do projeto;
- Possibilitar a convivência comunitária dos beneficiários;
- Promover a prevenção do agravamento de situações de negligência e violação de direitos;
- Colaborar para o restabelecimento de vínculos familiares e/ou sociais dos beneficiários;
- Fomentar acesso dos beneficiários à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistemade Garantia de Direitos e às demais políticas públicassetoriais;
- Contribuir para a descoberta e o desenvolvimento de aptidões, talentos, capacidades e oportunidades, para que os indivíduos envolvidos no projetopossam realizar escolhas com maior autonomia;
- Fomentar o protagonismo dos usuários;
- Possibilitar o acesso a programas de lazer, de esporte, de cultura, entre outros,vinculados às demandas, interesses, experiências, desejos e dimensões do público atendido;

9. PÚBLICO ALVO

Indivíduos que vivem nos espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência, situação de rua (Conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais — Resolução CNAS n ° 109/2009). Sendo priorizadopara o acolhimento as pessoas idosas, adultos e jovens egressos do acolhimento institucional e familiar, na faixa etária de 18 e 21 anos, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou ameaçados, que não possuem condições de autossustento, de redesociofamiliar temporária ou permanente.

10. FUNCIONAMENTO

O funcionamento das unidades acontecerá todos os dias semana, em regime de 24 h, em função da natureza deste serviço.

11. METAS

Atendimento às (duzentos e setenta) 270 vagas, durante o período de vigência da cogestão, divididas da seguinte forma:

Unidades	Público	Número de vagas
Unidade Emergencial de	Idosos de ambos os	50 vagas

Acolhimento 1	sexos	
Unidade Emergencial de Acolhimento 2	Público: Idosos de ambos os sexos	50 vagas
Central de Recepção de Adultos	Público: Adultos de ambos os sexos	130 vagas homens 20 vagas mulheres
República de Jovens egressos do acolhimento familiar e institucional	Jovens de 18 a 21 anos	20 vagas

AÇÕES, FORMAS DE VERIFICAÇÃO E PERIODICIDADE

As ações propostas estão previstas conforme abaixo:

Ação	Descrição da ação	Periodicidade	Forma de Verificação
Identificação e Acolhimento Institucional do público em cada unidade referenciada.	Identificar os usuários e realizar o acolhimento institucional, encaminhando para cada unidade de acordo com a capacidade instalada	Mensal	Relatório quantitativo (físico e digital)
Capacitação continuada dos colaboradores	Realizar treinamento e capacitação continuados dos profissionais integrantes das equipes técnicas, em articulação com a Gerência de Educação Permanente (CSIMAS) a fim de nivelar conhecimento da equipe e inserir temas transversais para discussão no dia a dia dos profissionais que atuam com este público	Trimestral	Cronograma e plano de qualificação entregue e validado pelo CSIMAS/GDEP Listas de presença assinada pelos participantes dos encontros (física edigitalizada)

Mapeamento e articulação com a rede socioassistencial intersetorial do território da instituição	Produzir diagnóstico que aponte quais e quantas são as instituições de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos, nas áreas próximas àunidade de acolhimento.	Semestral	Relatório qualitativo (físico e digital)
Mapeamento dos perfis de usuários atendidos em cada unidade de acolhimento	Produzir estudos para a identificação do perfil da população atendida em cada uma das unidades de acolhimento do Lote respectivo	Semestral	Relatório qualitativo entregue em meio físico e digital

12. ATIVIDADES

Nos moldes do que determina do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o Serviço de Acolhimento Institucional é compreendido como um acolhimento provisório, com espaço físico e estruturado para acolher, com privacidade, pessoas do mesmo sexo ou do mesmo grupo familiar. Estes equipamentos devem ser acolhedores, de forma a não fomentar a estigmatização, o preconceitor ou segregar os usuários.

O trabalho em conjunto com a rede de assistência social, sobretudo o CRAS, o CREAS e o Centro Pop, é de fundamental importância para a configuração do processo de resgate da autonomia. Dentre as políticas setoriais, destacaremos as que serão priorizadas:

- Acesso à documentação civil — estratégias de articulação e encaminhamento para a retirada de documentação, incluindo Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, entreoutros;

- Acesso aos serviços de saúde — o acompanhamento de saúde deve possuir fluxo local, a ser estabelecido em conjunto com a CASDH, CAP, CMS's, Programa de Saúde

08/001520/2020
050820
1770

daFamília,Consultório na Rua, Emergências, de maneira a possibilitar não somente o atendimento em casos emergenciais, mas possibilitar diagnóstico e tratamento de doenças como tuberculose, HIV e doenças sexualmente transmissíveis, além de cuidados de atenção básica a doenças crônicas como hipertensão e diabetes e do controle da vacinação. Deve ainda existir controle do pré-natal no caso das gestantes acompanhadas;

- Acesso aos serviços de saúde mental — o Serviço deve realizar fluxo de atendimento com a rede de saúde mental de referência no território, seja através dos ambulatórios de saúde mental dos CAPS ou demais dispositivos, de forma a assegurar atendimento continuado. Nestes casos, é de extrema relevância ter a referência da emergência que atende ao território. O atendimento em dependência química deve levar em conta os recursos disponíveis tanto na rede governamental — como CAPS, CAPSad e ambulatórios de saúde mental como na rede não governamental com grupos de mútua ajuda, como AA, Narcóticos Anônimos, comunidades terapêuticas, entre outros. É estratégico para o fluxo de atendimento e de mapeamento dos serviços de referência, pois nem sempre o território em questão possui os serviços especializados;

- Acesso à rede de educação — a inserção na escola é fundamental e obrigatória no caso de crianças e de adolescentes, devendo ser providenciada assim que há a entrada em alguma unidade de acolhimento ou retorno ao convívio familiar, sempre com a intervenção do serviço ou órgão que fará o acompanhamento. No caso de adultos, a alfabetização ou o aumento de escolaridade é um importante instrumento no fortalecimento de autonomia e deve ser fomentada como etapa do processo de preparação para inclusão produtiva;

- Acesso a projetos/programas de capacitação e preparação para o mercado de trabalho e geração de renda: Os serviços precisam realizar o mapeamento dos recursos comunitários e de entidades que realizem capacitação, como ferramenta estratégica para a efetiva inserção produtiva e na geração de renda. Programas e projetos governamentais ou não governamentais, e cursos de capacitação realizados em diferentes esferas devem fazer parte do rol de parcerias efetuadas. Fora isso, iniciativas que envolvam o empreendedorismo individual ou coletivo, cadastros em bancos de emprego (como o SINE, p.ex) e parceiras com empresas locais fornecerão subsídios que poderam ser utilizados em larga escala pelos serviços de atendimento à população em situação de rua. As iniciativas da própria SMASDH, como as desenvolvidas pela Gerência de Inclusão produtiva (GIP/SUBIPC), além do Programa Vaga Social (instituído pelo Decreto Municipal 44.228/2018), são primordiais para a inclusão produtiva da população;

- Acesso ao Sistema de Garantia de Direitos - No caso do atendimento a Crianças, Adolescentes e Idosos, cumpre enfatizar, que este é um dos pilares da nossa Instituição, que já possui uma rede articulada junto a diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos e com o Sistema de Justiça. Esta será uma importante contribuição que o NACA (Núcleo de

Atendimento a Criança e Adolescente Vítima de Violência) projeto realizado pela CON-TATO há mais de 10 anos, visto que a intervenção com este público é parametrizada por diversos documentos normativos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e de Legislação Específica para o Idoso. O Serviço deve ainda estabelecer fluxos de atendimento conjunto com o Conselho Tutelar. No caso de adultos, o acesso à defensoria pública, promotorias e Varas é essencial no acompanhamento de processos e na relação com o sistema prisional. As delegacias também, para além de registros policiais, podem ser parceiras no território, no caso da emissão de Registros de Extravio de Documentação –RED;

- Acesso a programas de Habitação e apoio à moradia — os Serviços de atendimento à população em situação de rua devem promover o acesso dos usuários aos programas de habitação popular, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como tentar acessar outras estratégias que estejam disponíveis para inclusão de indivíduos e famílias. É necessário também articular meios de organização para o aluguel de imóveis, individual ou coletivamente, quando possível;

- Inclusão no CadÚnico, programa de transferência de renda ou benefícios previdenciários: o Cadastro Único para Programas Sociais (instrução Operacional Conjunta SNAS e SENARC n°07). A inclusão no CadÚnico deve ser realizada pelo CREAS ou Centro POP, preferencialmente, ou ainda pelo CRAS ou Unidade de Acolhimento, de acordo com o Protocolo Integrado do CadÚnico do município do Rio de Janeiro. O atendimento deve realizar a avaliação para inclusão de programas de transferência de renda ou de benefícios socioassistenciais como o BPC, além de outros benefícios previdenciários que porventura o usuário tenha direito, através de parceria de trabalho a ser realizada com o posto do INSS que atenda aoterritório.

A atuação das equipes requer o conhecimento das ofertas existentes nos territórios, incluindo a rede de serviços, benefícios, programas de transferência de renda, e demais direitos, que poderão ser acessados, assim como a rede de apoio que os seus usuários dispõem, tanto nos espaços onde convivem/sobrevivem, quanto às referências familiares ou comunitárias que possam facilitar o processo de saída das ruas.

13. CRONOGRAMA DE METAS

CRONOGRAMA DE METAS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
META 01 - GARANTIR A INFRAESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO PLENO DO ESPAÇO DE ATEND						
Adquirir, manter e repor material de escritório, expediente, pedagógico e socioeducativo						
Comprar gêneros alimentícios para as refeições dos usuários						
Locação de veículos para transporte dos usuários						
Selecionar e contratar equipe técnica especializada para as atividades.						
Capacitar a equipe profissional do espaço.						
Promover toda a logística financeira, material, de recursos humanos e de serviços.						
META 02 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO						
Implementar o Plano de Trabalho elaborado para o desenvolvimento das atividades.						
Reunir com a equipe da SMASDH para feedback do trabalho.						
Elaborar relatórios de gestão com atividades e resultados de impacto.						
Auxiliar a SMASDH no acompanhamento, supervisão, controle, fiscalização e avaliação.						
Mapeamento da rede socioassistencial existente próximas ao território.						
Mapeamento dos perfis de usuários atendidos em cada unidade de acolhimento do projeto.						
META 03 - EXECUTAR AS ATIVIDADES DO ESPAÇO DE ATENDIMENTO						
Realizar acolhimento institucional do público direcionado, garantindo a proteção integral						
Elaborar Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar.						
Promover a articulação com a rede socioassistencial.						
Encaminhar os usuários para as redes de atendimento socioassistencial.						
Inserir os usuários na rede socioassistencial e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.						
Promover a inscriçao dos usuários no Cadúnico.						
Promover atendimento interdisciplinar com os usuários.						
Promover o acesso a programas culturais, de lazer, de esporte, dentre outros identificados.						
Promover encaminhamento dos usuários para o mercado de trabalho.						
Promover ações para reinserção familiar e/ou comunitária.						
Promover reuniões para Estudo de Caso.						
Elaborar relatórios técnicos.						
Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado.						

14. METODOLOGIA

Nossa metodologia de trabalho atenderá aos princípios norteadores da assistência social enquanto política pública: universalidade, publicidade, legalidade, continuidade, sistematicidade, planejamento e financiamento público; dentro da concepção e lógica de funcionamento do SUAS; seguindo a hierarquia de proteção social e compreendendo a complexidade dos serviços. Adotando como eixo estruturante a matricialidade sociofamiliar e a territorialidade; vinculando as nossas atividades com os equipamentos públicos: CRAS e CREAS; promovendo de forma integrada com o SUAS.

Todas as ações que serão realizadas pelo projeto atendendo à metodologia determinada pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, atendendo toda a área de abrangência das 10 (dez) CASDH, de modo a garantir as melhores práticas insitucionais e a efetiva qualidade do atendimento prestado aos usuários.

Adotando as determinações da tipificação Nacional como parâmetros organizativos dos serviços oferecidos: a referência unitária, a nomenclatura; conteúdo; padrão de qualidade; indicadores de resultados e impactos; estratégias de atendimento; medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais.
Para isso serão observados:

- Estrutura mínima: Recursos humanos e materiais – para a realização das atividades;
- Criação de Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar pelas equipes técnicas de modo a proporcionar o processo de saída das ruas e a articular situações de entrada na rede de serviços e benefícios assistenciais;
- Contribuição para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social;
- Inclusão dos indivíduos e famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, de acordo com as suas demandas;
- Contribuição para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- Contribuição para interrupção de padrões que violem seus direitoss;
- Desenvolvimento de ações que visem a reparação de danos e a reincidência de violação de direitos;
- Sistematização do acompanhamento de indivíduos elou famílias atendidas;
- Fortalecimento do protagonismo e a autonomia dos indivíduos e das famílias atendidas;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Identificação dos impasses e das potencialidades dos familiares elou pessoas de referência para resgatar vínculos entre os elementos do grupofamiliar;
- Fortalecimento da rede social de apoio às famílias e indivíduos;
- Atendimento interdisciplinar dos usuários;
- Contribuir para a prevenção do abandono e da institucionalização;
- Fortalecimento das articulações com outros Estados e Municípios com vistas a reinserção familiar e/ ou comunitária;
- Promoção de ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e articulação de parcerias;

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais indica os seguintes objetivos gerais dos Serviços de Acolhimento Institucional, que serão executados no presente projeto:

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura devínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ousociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial aos demais órgãos do sistema de garantia de direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia,
- Promover acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

Agregado aos referenciais da Tipificação, busca-se uma organização gerencial que auxilie na qualificação do acompanhamento familiar, com a construção de ferramentas baseadas na realidade e no perfil de cada usuário. Promover um processo de acompanhamento participativo entre as equipes e seus beneficiários é o desafio maior de promoção da cidadania. A partir de tais objetivos foi pensada uma metodologia de trabalho que pauta o acolhimento realizado na construção contínua e permanente do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para adultos e idosos ou o Plano de Desenvolvimento Familiar (famílias), através de validação e avaliação permanente entre técnicos e usuários.

A Proposta consiste em aplicação de um método organizado em fases de trabalho: a primeira voltada à Recepção e o Acolhimento e a segunda voltada à consolidação do processo de reinserção social — comunitária ou familiar – através de estratégias de capacitação, geração de renda e inclusão no mercado de trabalho, além do assessoramento para sustentabilidade da autonomia e emancipação.

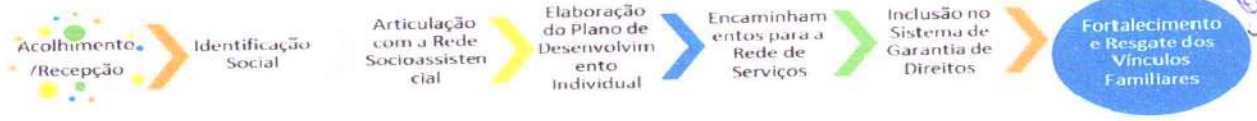
A metodologia aponta para um processo de trabalho com o uso dos instrumentos específicos, e de procedimentos técnicos que indicam para a necessidade de promover a articulação intra e intersetorial, justificando sua importância para o trabalho durante o acolhimento e desligamento, que deverá ser sustentado pela equipe da unidade junto aos CREAS/CRAS do território onde será efetivada a reinserção social e oucomunitária.

A organização do trabalho a ser realizado pela Espaço de Atendimento Emergencial da Zona Oeste considerará as diferentes fases e os procedimentos a serem adotados em cada uma delas para garantir o alcance dos objetivos propostos, tais como:

- Acolhimento Inicial /Recepção – primeiro atendimento e escuta do usuário que chega aderindo ao serviço de acolhimentoinstitucional;

- Escuta Ativa – estimulação e interlocução com a população para conhecimento da história de vida e resgate damemória;
- Identificação Social – preenchimento de instrumentos do serviço de acolhimento institucional;
- Articulação com a Rede de Serviço – articulação com profissionais dos diversos serviços do referido território para atendimento às demandas apresentadas pela população, possibilitando o acesso a serviços de forma contínua etransversal;
- Higiene – oferecer artigos para higienepessoal;
- Alimentação – ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados oferecida pelo serviço;
- Atividades coletivas e/ou comunitárias – orientação individual e emgrupo;
- Encaminhamentos – garantir o encaminhamento para acesso às políticas públicas de saúde, educação, habitação e serviçossocioassistenciais;
- Regularização da Situação Civil – garantir o encaminhamento para órgãos competentes para expedição de documentação;
- Guarda de documentação – providenciar a guarda da cópia da documentação dos usuários atendidos em prontuário;
- Referência de endereço – proporcionar endereço institucional para utilização, como referência, do usuário;
- Inserção no CADÚNICO – garantir o cadastramento dos usuários no sistema para acesso aos benefícios assistenciais elou programas de transferência de renda,
- Estudo de Caso – promover o estudo de caso para definir a intervenção mais adequada, envolvendo os órgãos necessários à garantia de inclusão;
- Atendimentos em grupo – promover a reflexão acerca dos desafios a serem enfrentados pelo público acolhido, podendo contar ainda com a participação de profissionais convidados elou temas escolhidos pelo próprio hóspede;
- Reinserção Familiar e/ou Comunitária – interlocução das equipes com os CRAS, CREAS, Centros POP, outras Unidades de Acolhimento e as equipes dos territórios onde o usuário poderá ser reinserido para favorecer um processo de reinserção sustentável.

Figura 2 – Fluxograma das ações



15. RECURSOS HUMANOS

Os profissionais contratados poderão ser substituídos de acordo com a demanda e da necessidade do trabalho. Contrataremos todos os profissionais necessários à consecução do projeto, requerendo a documentação necessária de acordo com a profissão para a realizar as atividades. Todos os nossos contratados estarão devidamente registrados em seus conselhos profissionais. Os contratos serão realizados obedecendo a CLT e todos os colaboradores terão a devida anotação e baixa em sua carteira de trabalho. Os profissionais selecionados serão capacitados em parceria com a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da SMASDH.

As equipes técnicas mínimas serão compostas conforme quadro, que vem a seguir:

	01	Coordenador	Superior	40 h/sem
	01	Assessor	Superior	40 h/sem
	01	Assistente Administrativo	Médio	40 h/sem
	02	PNS – Assistente Social	Superior	40 h/sem
Referência	02	PNS – Psicólogo	Superior	40 h/sem
para cada	02	Educador Líder Diurno	Médio	12x36 h
grupo de 50	02	Educador Líder Noturno	Médio	12x36 h
acolhidos	04	Técnico de Enfermagem Diurno	Médio	12x36 h
(Idosos)	16	Educador Social Diurno	Médio	12x36 h
	16	Educador Social Noturno	Médio	12x36 h
	06	ASG Diurno	Fundamental	12x36 h
	04	ASG Noturno	Fundamental	12x36 h
	02	Controlador de Acesso Diurno	Fundamental	12x36 h
	02	Controlador de Acesso Noturno	Fundamental	12x36 h
	01	Coordenador	Superior	40 h/sem
	03	Assessores	Superior	40 h/sem
	02	Assistente Administrativo	Médio	40 h/sem
Referência	06	PNS – Assistente Social	Superior	40 h/sem
para cada	06	PNS – Psicólogo	Superior	40 h/sem
grupo de 150	04	Educador Líder Diurno	Médio	12x36 h
acolhidos	04	Educador Líder Noturno	Médio	12x36 h
(adultos)	30	Educador Social Diurno	Médio	12x36 h
	30	Educador Social Noturno	Médio	12x36 h
	10	ASG Diurno	Fundamental	12x36 h
	04	ASG Noturno	Fundamental	12x36 h
	08	Controlador de Acesso Diurno	Fundamental	12x36 h
	08	Controlador de Acesso Noturno	Fundamental	12x36 h
Referência:	01	Coordenador	Superior	40 h/sem

Para cada 20 jovens na República	01	PNS – Assistente Social	Superior	40 h/sem
	01	PNS – Psicólogo	Superior	40 h/sem
	02	Controlador de Acesso Noturno	Fundamental	12x36 h
Apoio à gestão do Complexo daTaquara	01	Coordenador	Superior	40 h/sem
	01	PNS – Administrador	Superior	40 h/sem
	01	PNS – Advogado	Superior	40 h/sem
	01	PNS- Pedagogo	Superior	40 h/sem
	01	PNS – Enfermeiro	Superior	40 h/sem
	01	PNS–Terapeuta Ocupacional	Superior	40 h/sem
	02	PNS-Nutricionista	Superior	40 h/sem
	02	PNS – Assistente Social	Superior	40 h/sem
	02	PNS – Psicólogo	Superior	40 h/sem
	01	PNS – Professor de Ed Física	Superior	40 h/sem
	02	Assistente Administrativo	Médio	40 h/sem
	01	Entrevistador Social	Médio	40 h/sem
	10	Cozinheiros Diurnos	Fundamental	12 x 36 h
	06	Cozinheiros Noturnos	Fundamental	12 x 36 h
	04	Supervisor Logístico	Médio	40 h/sem
	08	Apoio Logístico Diurno	Médio	12 x 36 h
	04	Auxiliar de Serviços Gerais Diurno	Fundamental	12 x 36 h
	02	Auxiliar de Serviços Gerais Noturno	Fundamental	12 x 36 h

15.1 PERFIS E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

Os candidatos passarão por um processo seletivo composto por: análise de currículo, dinâmicas de grupo e entrevistas individuais realizadas pelo profissional de RH e com os gestores da Instituição e poderá ser acompanhada por profissionais e técnicos da SMASDH. No processo seletivo, serão observadas as competências, habilidades e atitudes para a realização das atribuições das funções do projeto previstas pelo presente edital Será considerada ainda no processo seletivo a identificação e empatia do perfil do profissional para lidar com o público alvo do projeto. Cumpre ressaltar, que trabalhamos com um processo de avaliação continuada da equipe técnica, para a verificação do cumprimento efetivo de atribuições do cargo.

15.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO

A equipe responsável pelo cogestão e execução das ações deverá ter conhecimento multidisciplinar para o desenvolvimento e acompanhamento das atividades constantes no presente Plano de Trabalho. Os profissionais contratados poderão ser substituídos conforme a necessidade do serviço ou a requerimento da convenente. Deverão constar da rotina do parceiro no Termo de Colaboração:

a. Apresentação de Relatório Mensal com a descrição das atividades realizadas pelas equipes contratadas, definição de metas executadas, avanços e desafios encontrados na execução do trabalho;
b. Apresentação de Planilha com local de execução do serviço dias da semana, escalas e horários;
c. Otimizar os recursos fazendo cotação de preços dos gastos realizados, garantindo uma boa aplicação dosmesmos;
d. Acompanhar o desembolso dos recursos e a execução do mesmo, garantindo o bom uso do dinheiro público;
e. Executar as atividades planejadas pela SMASDH, assegurando que o público- alvo esteja inserido nas políticas públicas de Assistência Social;
f. Garantirainfraestruturanecessáriaparaoatendimentoeêxitodaproposta;
g. Prestar contas da utilização dos recursos em conformidade com a legislação vigente.

Desta forma, os produtos desta parceria deverão ser apresentados de forma que se permita avaliar o do escopo desta proposta de trabalho incluindo seus objetivos e metas, o gerenciamento do tempo, do custo e da qualidade do serviço prestado. Para tanto as entregas deverão ser realizadas por meio de relatórios mensais especificando o quantitativo das ações realizadas, o objetivo das ações, o local de execução das ações, dias e horários previstos, responsáveis pela execução das ações, entre outras atividades extras, os avanços e os entraves encontrados durante a execução.

Os relatórios poderão ser apresentados em material impresso dentro do prazo estipulado neste plano de trabalho, contendo como anexos todas as formas de registros realizados, tais como fotos, vídeos e os links das mídias sociais quando houver essa forma de registro.

16. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada pela Equipe Técnica do abrigo em orientação conjunta com a equipe estratéfica da CON-TATO, através de relatórios mensais contendo registros fotográficos e resultados aferidos na execução do trabalho. Esses relatórios serão encaminhados para a secretaria em meio físico e digital, juntamente com o Relatório de Prestação de Contas. Através da implantação de instrumentos avaliativos, os resultados serão aferidos e registrados através dos relatórios, possibilitando um repensar estratégico das ações.

16.1 Metodologia da Avaliação

Os indicadores de impacto e de mérito serão extraídos do processo, e se referem a estruturação das questões avaliativas que serão formuladas em conjunto com a equipe técnica, levando-se em consideração a construção de um quadro de indicadores quantitativos e qualitativos. Um dos maiores desafios na implementação de processos avaliativos na área social, deve-se ao fato da subjetividade na coleta dos dados qualitativos. Por isso a importância dessa construção coletiva, de modo a permitir uma triangulação das análises observadas, mantendo a neutralidade do observador.

16.2 Indicadores

Criamos uma matriz de indicadores focados nos objetivos do projeto. Contudo, essa construção será continuada à partir da identificação de novos indicadores que irão emergir do processo avaliativo, através da construção coletiva com as equipes de trabalho.

	INDICADOR	INSTRUMENTO DE AFERIÇÃO	RESULTADOS ESPERADO
INDICADORES QUANTITATIVOS	Nº de pessoas acolhidas no abrigo.	Ficha Social	270 pessoas acolhidas no Abrigo da Zona Oeste
	Nº de encaminhamentos à rede socioassistencial.	Ficha de Cadastro Formulário de encaminhamento	100% das pessoas encaminhadas
	Nº de famílias inseridas no Cadúnico.	Cadùnico	100% das famílias inscritas no Cadúnico
	Nº de famílias incluídas no Sistema de Garantia de Direitos	Plano de Desenvolvimento Individual	100% das famílias inseridas nas políticas de garantia de direitos
	Nº de atividades internas realizadas	Registro diário de atividades	100% dos abrigados inseridos nas atividades internas
	Nº de atendimentos realizados	Relatório de Atendimento	100% das famílias inseridas nos atendimentos
	Nº de reinserções familiares	Ficha Social	Mínimo de 40% dos abrigados com retorno a família de origem
	% de frequência dos abrigados nos atendimentos em grupo	Ficha de Frequência	80% de frequência nas atividades de grupo
	Nº de crianças inseridas na rede de ensino	Matrícula escolar	100% das crianças inseridas na rede pública de ensino
	Nº de inclusões no mercado de trabalho	Registro na Carteira de Trabalho	Aumento do % de abrigados inseridos no mercado de trabalho gerando sua autonomia e sustentabilidade
	Nº de profissionais capacitados.	Lista de presença	100% dos profissionais capacitados
	Nº de capacitações realizadas.	Relatório de capacitações	Aumento na oferta de qualificação profissional

17. SUSTENTABILIDADE

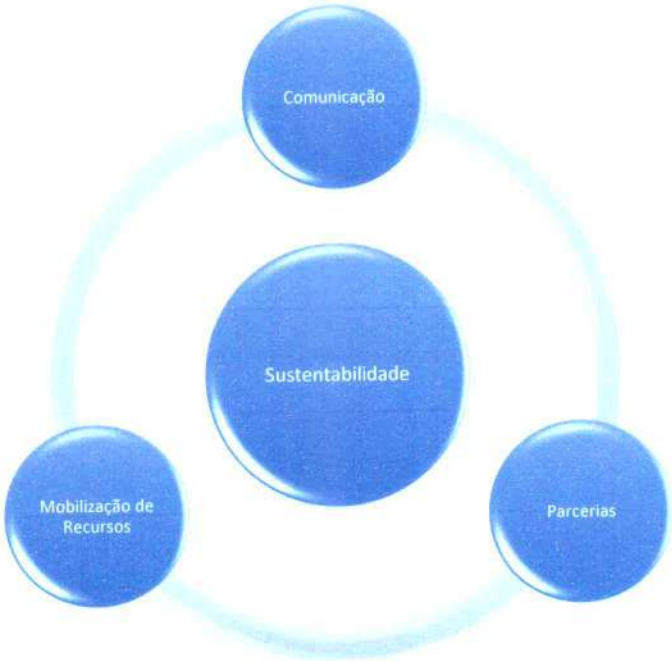
A sustentabilidade de um projeto social, advém da capacidade em mobilizar recursos em prol de mudanças ambientais, físicas e estruturais, que contribuam para a transformação positiva da sociedade. Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidade. A sustentabilidade desse projeto será o legado positivo promovido através das ações desenvolvidas, para a formação da autonomia e da inclusão da população dessassistida nas políticas públicas de garantia de direitos, consolidando a proposta socioassistencial.

Dessa forma, entendemos que a sustentabilidade será alcançada através de três eixos: Comunicação, Mobilização de Recursos e Parcerias.

A importância da comunicação é de informar, orientar, instruir, gerar conhecimento, promover o protagonismo e a formação de opinião. Através da comunicação nos inteiramos dos acontecimentos que impactam a nossa vida e o mundo que vivemos. A comunicação aproxima, transforma e permite trocas efetivas de opiniões e conhecimentos, capazes de transformar o mundo.

A mobilização de recursos advém da capacidade de tornar efetiva uma ideia, um projeto, um conceito. É a capacidade de mobilizar pessoas, recursos físicos e financeiros, em prol da sustentabilidade, criando condições para transformar.

As parcerias são fundamentais para o engajamento efetivo necessário para transformação. Elas legitimam e consolidam um trabalho e mobilizam pessoas, grupos e sociedade, formando uma rede de articulação capaz de promover transformações positivas.



18. CUSTOS

Os custos para a realização do projeto estão descritos na planilha em anexo a este plano de trabalho.

Alimentação

A alimentação oferecida seguirá o planejamento nutricional, orientado pela Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional da Coordenadoria de Integração ao Mundo do Trabalho da SMASDH, e a aquisição dos gêneros alimentícios será efetuada tendo como referência a Tabela Referencial de Mercado de Preços de Gêneros Alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/pnae.

Todos os usuários receberão refeições, que levarão em conta as especificidades das faixas etárias e particularidades, nos moldes da tabela a seguir:

Unidade/Público	Número de refeições por dia	Descrição das refeições
República Público: jovens e adultos	04 (quatro) refeições/ dia	Desjejum, almoço, lanche, e jantar
Central de Recepção de adultos Público: Adultos	05(cinco) refeições/dia	Desjejum, almoço, lanche, jantar e ceia.
Unidades de Acolhimento 1 e 2 Público: Idosos	06 (seis) refeições/dia	Desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia

Memória de Cálculo

Público Atendido	Nº de Acolhidos	Total de Dias/Mês	Total
Adultos	150	30	4.500
Idosos	100	30	3.000
Jovens Adultos	20	30	600
Total	270	8.100	

Material para o Trabalho Socioeducativo e Pedagógico

Serão adquiridos materiais para as atividades coletivas: oficinas socioeducativas e pedagógicas e de capacitação ocupacional ou profissional, atendimento de desenvolvimento de atenção individual. O material será comprado em quantidade compatível com as atividades que serão desenvolvidas.

Material de Escritório e Expediente

Serão adquiridos os materiais para as atividades administrativas das unidades em tela, podendo ser adquirido material de suprimento de impressoras.

Custeio Operacional

A CON-TATO será responsável pela compra de materiais que deem suporte ao desenvolvimento das atividades; administrará recursos para custear as despesas de caráter administrativo e operacional. Estas despesas serão realizadas de acordo com o planejamento do projeto, além de outras de valores menores que não foram programados, como: fotos para documentos, autenticação, auxílio transporte eventual, despesas com correios, cópias, materiais de consumo de informática, material de higiene pessoal, material de limpeza, EPI– Equipamentos de Proteção Individual, como máscara, luva e álcool gel, dedetização, desratização, aquisição e recarga de extintor, desinsetização, entre outras miudezas visto que a lista não é exaustiva.

Veículos

Serão disponibilizados os seguintes veículos para transporte de usuários atendidos:

Unidade	Tipo de Veículo / Horário disponível
Unidade Emergencial de Acolhimento 1	1 veículo Tipo: Van / 24 horas
Unidade Emergencial de Acolhimento 2	1 veículo Tipo: Van / 12 horas
Central de Recepção de Adultos	1 Veículo Tipo: Van / 24 horas 1 Veículo Tipo Van / 12 horas
Apoio à gestão do Complexo Taquara	1 Veículo Tipo Sedan / 10 horas

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2020.

Arilton Fernades
CON-TATO

Tathyane Höfke
CON-TATO